

Deficiência, tecnologia e sociedade. Um ensaio inconcluso

*Disability, Technology and Society.
An Ongoing Essay*

JOÃO VICENTE GANZAROLLI DE OLIVEIRA*
JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS BORGES**

Resumo: Este artigo comenta certas relações da deficiência com a tecnologia e a sociedade. Enquadra-se nos *Estudos sobre a Deficiência*, ramo jovem desta árvore frondosa que são as *Ciências Humanas e Sociais*. Assim como a *História da Deficiência* é feita de ausências, a tecnologia de apoio à pessoa deficiente está longe de atender a tudo o que se espera dela; de igual modo, muito resta por fazer no tocante à inclusão e à integração social das pessoas deficientes – prerrogativas que valem para o Brasil (foco geográfico principal de nossa abordagem), os outros países lusófonos e o resto do mundo em geral. É fértil e tensa a relação entre a deficiência, a tecnologia e a sociedade. A análise desse trinômio temático precisa levar em conta o seguinte paradoxo: graças à tecnologia assistiva, as possibilidades de atuação profissional e social da pessoa deficiente aumentam; entretanto crescem as exigências em relação a ele.

Palavras-chave: História. Deficiência. Sociedade. Tecnologia. Felicidade.

Abstract: This article provides an overview of the multiple relations between disability, technology and society. It falls within the category of *Studies on Disability*, young branch of this leafy tree called *Humanities*. As well as the *History of Disabilities* is, by definition, a history made essentially

* João Vicente Ganzarolli de Oliveira é Doutor em Filosofia da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Estudos sobre Deficiência. Centro de Referência em Tecnologia Assistiva Instituto Tércio Pacitti - NCE/UFRJ. Contato: jvgrenart@gmail.com

** José Antonio dos Santos Borges é Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação pela UFRJ. Pesquisador em Tecnologia Assistiva. Contato: antonio2@nce.ufrj.br

*** Os autores agradecem à estagiária Raíza Braz pelo auxílio prestado na revisão do artigo.

of absences, Assistive Technology is far from achieving all that is expected of it; likewise, much remains to be done regarding the inclusion and social integration of the disabled person. These statements are valid for Brazil, the other Portuguese-speaking countries and the rest of the world in general. The relationship between disability, technology and society is fertile and strained as well. Any and all analysis of this thematic trinomial must consider a paradox: with technology, possibilities increase for the disabled person; however, requirements concerning him increase at the same pace.

Keywords: History. Disability. Society. Technology. Happiness.

*Ser eficiente não é fazer tudo o que queremos, mas
fazer bem e com muito amor tudo o que podemos.*

(Frei Anselmo Fracasso)

1 Brevíssima introdução

Tomemos de empréstimo o ponto de vista de Guilherme Ramalho (RIP) para começar estas linhas. No entender do ex-presidente da ANDEF (Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos [Niterói/RJ, Brasil]), do qual compartilhamos, *nenhuma forma de deficiência é obstáculo intransponível para que uma pessoa alcance a felicidade*. Dito isso e sendo a felicidade a meta comum a todos nós durante a vida, passemos à análise comentada de alguns temas ligados à deficiência.

2 Breves considerações sobre a História da Deficiência e a Tecnologia Assistiva

Falta ao deficiente uma história específica e abrangente¹; raras vezes ele chamou a atenção dos cronistas e historiadores em geral, muito embora tenha estado presente em todas as sociedades, e isso desde a mais remota pré-história. Efetivamente, “Anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade” (Silva, 1987, p. 21). Vale para a deficiência em geral o que

¹ No mundo neolatino, as tentativas mais louváveis que conhecemos são as de Otto Marques da Silva, no Brasil, e de Antonio León Aguado Días, na Espanha. Suas obras serão citadas no decorrer do texto.

R. C. Scheerenberger diz acerca da deficiência mental em particular; segundo ele, os deficientes raramente despertaram a atenção dos historiadores– daí a escassez de documentação a respeito da deficiência (cf. Scheerenberger, 1984, p. XIV).

O conhecimento histórico, claro está, ajuda-nos a conhecer o passado; e este facilita nossa compreensão do presente, de tal modo que permite certa antecipação do futuro, permitindo muitas vezes evitar que erros pretéritos voltem a ocorrer (cf. Aguado Díaz, 1995, p. 22). Embora seja um termo recente, a Tecnologia Assistiva (em Portugal, “Tecnologia de Apoio”) deve ter nascido no Paleolítico Antigo; a rigor, seu início deve ter coincidido com esta modificação anatômica fundamental que foi o uso oponível do polegar dado ao *Homo habilis*: a partir do momento em que as mãos lhes permitiram modificar a Natureza (ou seja, há cerca de 2,5 milhões de anos), nossos ancestrais *habiles* certamente começaram a produzir bengalas e outros artefatos análogos. Recursos de apoio ortopédico já existiam no Egito há quase cinco mil anos; de lá também procede a mão artificial mais antiga que se conhece (é de aproximadamente 2000 a. C.) (cf. Aguado Díaz, 1995, p. 38-45). Evidentemente, uma acepção *stricto sensu* de “tecnologia” poderia nos levar a um perímetro conceitual muito mais restrito, tendendo ao extremo do *tecnicismo* – ou seja, à crença de que chegará o dia em que a humanidade terá controle total sobre a existência, e isso graças à tecnologia: em outras palavras, à crença de que a tecnologia nos permitirá dominar toda sorte de problemas atuais e até mesmo futuros; no entender de Stephan V. Monsma, tais ideias conectam-se com a religiosidade e amoralidade que marcam os nossos tempos (cf. Borges, 2009, p. 296 et passim). Embora longa e escrita há mais de meio século, a passagem seguinte, de Gustavo Corção, merece ser citada, lida e assimilada na íntegra, pois é mais que atual:

O que chamo de tecnicismo não é o exagero de máquinas ou de aparelhos elétricos; não é a expansão da técnica; e muito menos será o gosto e a admiração pelo progresso técnico que são perfeitamente razoáveis. Não é também o disparate produzido pela valsa inventividade que atravanca a vida de utensílios inúteis. Não. O que chamo tecnicismo é a transplantação dos métodos, do critério e do estilo, que são próprios da técnica, que são a sua coroa, para os domínios da vida moral. É a ilusão de resolver os problemas da vida humana como se resolve um problema de linha de transmissão. (...) Existe em nossa civilização uma fadiga moral e um enorme desejo de capitulação. Como é a técnica, aparentemente, a única coisa que não tem envergonhado o homem; como indubitavelmente funcionam bem os aparelhos de rádio; embora não funcionem bem os organizadores

de programas; acontece o que se era de esperar: os homens irão pedir à técnica uma receita de prudência e até de felicidade. Irão procurar em testes, organogramas e ábacos, algo que os liberte da angustiada opressão da liberdade (Corção, 1953, p. 17-18).

Quanto ao nosso artigo, prevalece em suas linhas a acepção *lato sensu* de “tecnologia”. É algo que engloba um acervo extraordinariamente grande e variado de conhecimentos, descobertas e utensílios mediante os quais o homem tem interferido, de modo progressivo, sobre a natureza. Trata-se de uma interferência já detectada pelos gregos e que Aristóteles sintetiza na ideia de que a técnica (cf. gr. *techne*) complementa a natureza, produzindo aquilo que ela, por si mesma, não prevê e nem produz. Noutras palavras, a realização técnica exige a participação de um intermediário, e este somos nós – únicas criaturas do reino animal a interferir efetivamente sobre a natureza. Não surpreende que alguns cientistas, da década de 1960 para cá, tenham começado a apelidar o Quaternário geológico (c. 2,5 milhões de anos até a atualidade) de “*Antropoceno*”, pois seu início coincide com as primeiras intervenções e consequentes produções do *Homo habilis*.

...

Nas últimas décadas, o repertório instrumental da Tecnologia Assistiva tem aumentado exponencialmente; uma das causas disso são, obviamente, os conflitos bélicos que marcaram o século XX e que se acentuam neste já sob muitos aspectos trágico século XXI. Trata-se, conforme acabou-se de ver, de um dos muitos casos em que o uso prático do conceito precedeu em muito a sua verbalização; ao que tudo indica, o mesmo fenômeno aplica-se ao campo da arte, por exemplo: provavelmente, os primeiros artistas pré-históricos produziram suas obras sem se preocupar em nomeá-las mediante uma palavra coletiva e sem nem sequer desconfiar que seriam temas de livros e mais livros sobre o que viria a chamar-se “arte”.

A Tecnologia Assistiva é um termo de significado amplo (por isso mesmo chamado de “termo guarda-chuva” [*umbrella term*]), e designa não só os instrumentos construídos em prol do deficiente (e.g., uma prótese), mas também todo e qualquer procedimento (e.g., práticas sociais) que tenham o propósito de auxiliar o deficiente, sempre visando a sua independência, inclusão social e consequente melhoria na qualidade de vida.

Fato é que o tema *deficiência* humana, sempre que evocado, traz à baila infalivelmente e “com toda a sua crueza e radicalismo” pelo menos três subtemas (Aguado Díaz, 1995, p. 13):

- 1) *o igualitarismo presente na espécie humana* (se as disparidades predominassem exageradamente sobre as afinidades, já estaríamos a falar de outra espécie, que não é a nossa);
- 2) *o assentamento necessário da sociedade* (somos “animais sociais, como Aristóteles, na Política, bem nos definiu [Aristóteles, S/D, 1253a; 1278b]) em critérios de eficácia, i.e., “eficiência” (a Natureza opõe-se ao socialismo e mais ainda ao comunismo – ela é implacavelmente “meritocrata”: premia os mais capazes e os mais esforçados, e pune ou relega a último plano os incapazes e os preguiçosos).
- 3) *a defesa em prol da diferenciação e da individualidade característica dos seres humanos*, defesa esta que muitas vezes degenera em demagogia e hipocrisia; vide o clichê politicamente correto: “todos somos diferentes”; se isso fosse tão simples de aceitar, por que, por exemplo, tantas mulheres grávidas abortam seus filhos quando suspeitam que eles nascerão com microcefalia? (cf. Colluci, 2016).

Dizemos deficiência *humana* porque ela existe em todos os seres vivos; a rigor até mesmo as pedras podem ser consideradas “deficientes”, pois também participam da dinâmica de competição que rege a existência de tudo aquilo que é: dos seres minerais aos seres espirituais, não há como escapar a esta lei: o mais eficiente tende a sobrepujar o menos eficiente; do ciclo das rochas (no qual umas decaem na direção do núcleo terrestre, enquanto outras conseguem ascender à superfície e transformar-se em montanhas) aos anjos (estes seres puramente espirituais, criaturas que estão acima de nós, mas sempre abaixo de Deus), passado pelas plantas, os animais e os homens, todos os indivíduos competem, seja de uma forma, seja de outra (cf. Rothe, 2010, p. 42-46 et passim; e Press et alii, 2008, p. 104-105 et passim; sobre a Batalha Celeste entre os Anjos Bons e os Maus, cf. Gn 3,1-14; Ap 12,7-10).

Claro está que a qualidade de vida do deficiente tende a aumentar na mesma razão em que evolui a qualidade e a diversidade dos artefatos produzidos pela Tecnologia Assistiva. Quanto mais ela evolui, mais o deficiente se torna eficiente. Incapaz de ler um livro com os olhos, o cego pode lê-lo mediante o Braille e os recursos da informática: já existem os programas computacionais especificamente criados para os cegos – que foram historicamente antecipados, juntamente com o braille, pelo sistema alfabético feito com madeira talhada pelo sábio e santo Dídimo de Alexandria (c. 313-398), cuja cegueira não impediu de tornar-se um dos homens mais cultos e eruditos do seu tempo; discípulo do grande Orígenes, foi mestre de São Jerônimo e de São Gregório Nazianzeno. (cf. Soler, s/d, p. 26) Comprovadamente utilizada já no século V a. C. na Grécia

e na China, a cadeira de rodas permite ao paraplégico uma mobilidade antes impossível; a versão motorizada, atual, permite-lhe até mesmo correr; em competições de atletismo, pernas mecânicas dão ao amputado a possibilidade de superar em velocidade até mesmo os corredores normais (cf. Eveleth, 2012).

3 Da missão da Tecnologia Assistiva e do conceito de deficiência

Evidentemente, não cabe à Tecnologia Assistiva *compensar* (no sentido de “estabelecer a igualdade entre”, “suprir a falta de” ou “substituir” (Aulete & Valente, 1948, t. I, p. 609) na ausência de uma faculdade ou órgão que, em situação normal, um ser humano deveria ter. Em momento algum a Tecnologia Assistiva é capaz de estabelecer uma perfeita equivalência entre seus recursos e as faculdades ou os órgãos que ela se propõe, literalmente, *assistir*, ou seja “auxiliar”, colaborar”, “apoiar” (Aulete & Valente, 1948, t. I, p. 315). Mais precisamente, como esclarece Francisco Fernandes (1900-1965), *assistir* significa, no caso da Tecnologia Assistiva, “socorrer”, “acompanhar”. Dentre os vários exemplos selecionados pelo grande filólogo e dicionarista brasileiro, dois bastam para ilustrar o que se pretende: “O sacerdote que lhe assistia na hora do trespasse.” (Rui) “Eu assisti a teu pai na sua última doença.” (Fernandes, 1969, p. 103).

Um programa de computador para autistas não concede aumento da inteligência baixa que costuma estar ligada ao autismo; de igual modo, um aparelho auditivo não compensa a falta da audição e uma prótese ortopédica não substitui o membro faltante. Compete à Tecnologia Assistiva atenuar as desvantagens inerentes ao autismo, à deficiência auditiva, às amputações e assim por diante; e é essa atenuação (em muitos casos admirável) que torna lícito dizer que a definição de deficiência é relativizável – até certo ponto, claro está. Pode-se dizer que a Tecnologia Assistiva ocupa-se em fazer o máximo para que o que antes era impossível se torne possível; tal é o estado de espírito que tem direcionado pesquisas que culminaram na criação de aplicativos eletrônicos para auxiliar o autista durante o seu quase sempre árduo processo de aprendizado; bem como em programas computacionais como o Dosvox e o Musibraille (voltados para os cegos e deficientes visuais em geral), bem como o Microfênix, o Motrix (voltados para os deficientes motores), todos eles criados e desenvolvidos pelo professor e pesquisador José Antonio dos Santos Borges (cf. Ganzarolli de Oliveira, 2016, p. 214-220). Fato igualmente importante, mas nem sempre referido nos Estudos sobre Deficiência, é que o campo de ação da Tecnologia Assistiva estende-se aos animais irracionais e isso em duas frentes: assim como, em muitas situações, eles podem ser treinados para colaborar com seres humanos deficientes (e.g., o cão-guia para os cegos), nada mais justo

que usufruam, eles também, os benefícios da Tecnologia Assistiva. Já existem, aliás, diversas iniciativas nesse sentido, e.g., fisioterapia, cadeiras de rodas, próteses etc.

Não surpreende que o conceito de *deficiência* esteja em constante mutação; ele é, literalmente, um “*work in progress*”, no sentido de “obra incompleta, porém disponível para o público”. Com frequência, a própria Organização Mundial de Saúde tem sido forçada a modificar os seus moldes classificatórios no que concerne aos parâmetros “saúde” e “incapacidade”; dentre outras medidas, a CID (Classificação Internacional de Doenças) tem cedido lugar à CIF (Classificação Internacional de Funcionalidades). O simples fato de nos referirmos ao deficiente com base no que ele pode fazer (em vez da tradicional classificação que prioriza o que lhe está vetado) já representa, em si, um avanço enorme e fértil: os benefícios são incontáveis, tanto no perímetro individual (o cego poderá ler, sim, desde que devidamente assistido pela Tecnologia Assistiva) quanto no coletivo (a sociedade em geral tornar-se-á mais propensa a ver no cego um cidadão útil a si mesmo e a ela própria).

Por contraditório que possa parecer, esse investimento no caráter positivo do deficiente nada mais é do que um aprofundamento rumo à negatividade que o conceito de deficiência não cessa de representar. Incluída inexoravelmente na categoria do *sofrimento*, a deficiência submete-se aos mesmos parâmetros causais que determinam o ato de sofrer. Sofrer é algo próprio não só do homem, mas de todos os seres vivos, e que obedece à lógica do terceiro excluído; isso porque é provocado por um destes dois motivos ou por ambos (*tertium non datur*): a perda de algo que tínhamos e perdemos (e.g., um ente querido); ou a falta de algo que nunca tivemos e gostaríamos de ter (e.g., um ente querido). Se há uma “essência da deficiência”, ela radica-se, na maior parte dos casos, na falta de algo que deveríamos ter e não temos (e.g. a visão); noutros, porém, ela consiste num excesso, algo que temos mas não deveríamos ter (e.g., uma corcova).

Sendo a deficiência uma forma de sofrimento, é forçoso vê-la como *mal* e não como *bem*; mas nada impede que, ao tratarmos dela, priorizemos o caráter positivo da realidade como um todo; noutras palavras, em vez de insistirmos no mal (i.e., o defeito que a caracteriza; cf. latim: *deficere* > *defectus* > *defeito* > *deficiência*), mais vale apostar na privação do bem que ela representa. Nada há de novo nisso; há mais de mil e quinhentos anos, Santo Agostinho apoiava-se no neoplatônico Plotino para dizer que “O mal não é outra coisa senão a privação do bem”. Tal é, sem tirar nem pôr, a aposta que faz a Tecnologia Assistiva e que lhe serve de base para conceder doses de eficiência para aquele que é deficiente.

Sendo esses os moldes, torna-se inegável a presença de certa maleabilidade no conceito de *deficiência*. Mas o assunto nada perde da sua exigência de precisão conceitual – dentro das possibilidades em apreço, é óbvio. Sabemos que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aprovada em julho de 2015, “destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”; a mesma lei incumbe o Poder Executivo de “criar instrumentos para avaliação da deficiência”.² Que instrumentos são esses? Que parâmetros (médicos, sociais, pedagógicos, assistenciais) serão utilizados em tal avaliação? Nada disso é claro naquele mencionado aparelho legal.

A deficiência caracteriza-se por comprometimento grave de capacidades que são próprias do ser que as possui em estado normal. Nada há para ser melhorado numa árvore que não vê, da mesma forma como nada há de errado num ser humano que não realiza a fotossíntese, ou numa pedra incapaz de andar, falar, ouvir ou pensar. Muita cautela é necessária para que não se caia no preconceito às avessas, polo oposto do preconceito propriamente dito: assim como o astigmatismo e a feiúra não constituem “deficiências” propriamente ditas – e muito menos “crime” passível de pena de morte, como foi o caso da feiúra na Alemanha nazista (Cf. Clair, 2001, p. 89) –, tampouco se deve tratar a deficiência “simples detalhe ou diferença”, apoiado em clichês politicamente corretos do tipo “cada um de nós é diferente à sua maneira”. Em dias como os nossos, nos quais a verdade tornou-se sinônimo de mera opinião, é de se esperar que todos se sintam no direito de opinar acerca de tudo, dando à primeira bobagem que lhes passa pela cabeça o estatuto da mesma verdade que dizem não existir; no tocante à deficiência, já há quem pense e diga, por exemplo, que “não há nada de mais em ser paralítico” (Biancarelli, 2002, C4). Muito há para meditar e aprender nesta sentença de Gustavo Joppert, deficiente que aceitou com dignidade a deficiência que o destino lhe trouxe: “é preciso aceitar o mistério da dor, com a mesma facilidade com que outros a ignoram” (Joppert, 1964, p. 175)

4 Das coisas às palavras ou das palavras às coisas?

Toda e qualquer análise da deficiência precisa levar em conta o seguinte paradoxo, aliás inevitável: as possibilidades de atuação profissional e de inclusão social do deficiente aumentam na mesma proporção das exigências da sociedade em relação a ele. Exemplifiquemos com a cegueira. Antigamente,

² Presidência da República do Brasil - Lei Nº 13.146/2015.

o cego não escrevia; mas passou a fazê-lo graças a mecanismos assistivos como o braille; logo solicitou-se que ele escrevesse em tinta, “como todo mundo faz”. O computador deu-lhe o ingresso neste perímetro seletivo que chamamos de “todo mundo”. Mas nova requisição surgiu: que os textos do cego fossem formatados de forma impecável. Os macros solucionaram o problema, mas isso não bastou; logo cobrou-se do cego a produção de desenhos. Não é preciso multiplicarmos mais os exemplos e, muito menos, progredir *ad infinitum*; pode-se ir tão longe quanto se queira. Quando um limite aparentemente intransponível é transposto, logo outro limite maior, e às vezes com maior exigência ou cobrança, costuma ser imposto (cf. Borges, 2009, p. 285-286).

Outro aspecto importante e que está longe de ser solucionado é o da linguagem adequada para o tema “deficiência”. Nem sempre é fácil conjugar precisão vocabular com respeito para com o deficiente. O problema deriva, muitas vezes, da cautela excessiva, que pode fazer da terminologia sobre a deficiência um fim em si mesmo, levando assim à discussão exclusiva das palavras e ao esquecimento das coisas por elas representadas; levemos em conta a recomendação de Edmund Husserl de avançar *na direção das próprias coisas* (“*zu den Sachen selbst*”) e que nos sirvam de lema esta máxima de Hipócrates: “Tudo aquilo que é excessivo opõe-se à natureza”.

Em igualdade de condições com o conceito de deficiência, os estudos sobre ela estão muito mais para “*work in progress*” do que para “obra acabada”. É fato comprovado que a superação da deficiência sempre tem por base a sua aceitação. Destinam-se ao fracasso as iniciativas de ajudar o deficiente a aceitar a si mesmo, se elas estiverem apoiadas em clichês demagógicos – dizendo-lhe, por exemplo, que sua deficiência é mero “detalhe” ou “diferença”, e que a *normalidade* nada mais é do que uma noção culturalmente “construída”; isso equivale a “ensinar um soldado a marchar, mandando-o ficar deitado”, como escreveu Kierkegaard em sua crítica à dúvida metódica de Descartes.

Não faz muito tempo, a legislação brasileira passou a evitar a palavra “deficiente”; preferia falar em “pessoa portadora de deficiência”, abreviada por PPD. Num artigo publicado no jornal da APAE (Associação dos Pais e Amigos do Excepcional), faz-se referência a Gustavo Acioli – cineasta organizador de filmes sobre deficiência –, que refere-se às pessoas normais como “não-portadoras de deficiência” (apud Araújo et alii, 2003, p. 1). Atenta-se aqui contra um princípio básico do bom-senso: é o padrão positivo das situações (no caso, a normalidade) que serve de base para o entendimento do seu negativo (a deficiência). Não existe e nunca existirá um vocabulário 100% inócuo e desvinculado de estigmas para tratar do assunto; partindo do referido princípio de que *a superação da deficiência sempre tem por base a sua aceitação*,

a melhor solução parece-nos a seguinte: utilizar a terminologia “convencional” (“deficiente”, “cego”, “surdo”, “paraplégico” etc.) – isso já demonstra a coragem de encarar o problema de frente, e representa metade do caminho andado rumo à superação. Não dispomos de definições perfeitamente fechadas; as coisas serão sempre muito mais do que as palavras que usamos para evocá-las. Por isso, no caso da “normalidade”, não a vejo como mais nem menos imprecisa (ou escorregadia, se quisermos) do que as outras definições em geral. Dentro dos limites de aplicação que lhe são devidos, ela cumpre devidamente seu papel.

É o mesmo caso em que se enquadra a palavra “deficiência”. Tanto quanto vemos, nada se ganha com a adoção *normativa* do vocabulário politicamente correto; penso, isto sim, que nesse caso muito se perde, já que ele volta-se para a não-aceitação da deficiência (a começar pelo nome), estratégia de fuga que tende a desfavorecer a sua superação por parte do deficiente. Mais: contribui também para a desinformação da sociedade em geral no respeitante à realidade em tela; longe de eliminar os estigmas que pairam sobre o deficiente, cria mais um estigma, este no plano da linguagem; e, *last but not least*, promove certa “anestesia moral” sobre a sociedade, favorecendo a impressão de que basta adocicar as palavras para que cada um se sinta como se tivesse “feito a sua parte”. Pense-se no caso brasileiro. Ao mesmo tempo em que investe migalhas orçamentárias na educação genuína (que se torna deficiente cada vez mais e em todos os aspectos), o Governo Federal também move suas cartas rumo à imposição do vocabulário politicamente correto *vis-à-vis* a deficiência, a população em geral mantém-se distraída, facilitando assim que a deficiência se torne uma “mina de ouro” para oportunistas governamentais e não-governamentais de toda espécie .. Um exemplo entre inúmeros: crimes como o das impressoras Braille superfaturadas e não utilizadas (mistura lamentável de ato e omissão que pensadores como Fulton Sheen e Gustavo Corção chamavam de “pecado que clama aos Céus”) dificilmente ocorreriam (ou se ocorressem não ficariam impunes) nos EUA, no Canadá, na Inglaterra, na França, na Espanha e na Alemanha – países que se preocupam bem menos em adocicar seu vocabulário no tocante à cegueira e demais formas de deficiência, e nos quais as leis em prol do cego e do deficiente em geral costumam ser devidamente cumpridas, exatamente ao contrário do que se verifica no Brasil.

5 Inconclusão cíclica

Conforme vimos em itens anteriores, é graças à Tecnologia Assistiva que muitas coisas benéficas para o deficiente e que antes eram *no way* ou *perhaps* foram promovidas a viáveis e reais. Há uma relação biunívoca entre ela e a

mentalidade que norteia a deficiência: assim como o progresso na Tecnologia Assistiva propicia o surgimento de uma mentalidade mais acolhedora *vis-à-vis* o deficiente, a evolução dessa mentalidade produzirá novas ideias na área tecnológica, que se traduzirão em novos inventos assistivos, por sua vez promotores de melhorias na condição de vida do deficiente. Conforme costuma dizer João Antonio Menescal Conde, ex-professor de Educação Física do Instituto Benjamin Constant (referência principal no ensino para cegos no Brasil), *o nível de desenvolvimento de uma sociedade está sempre em relação direta com a atenção que ela concede aos deficientes.*

E quanto à felicidade, tema em destaque no primeiro tópico deste estudo inconcluso sobre a deficiência, é hora de darmos meia-volta e resgatá-lo. Incomparavelmente mais do que a deficiência (que é *objetiva*, em que pesem os pseudo-argumentos demagógicos e politicamente corretos em contrário), é a felicidade que, por ser subjetiva, torna-se relativizável. Ser feliz não depende da posse das coisas e tampouco do sucesso em alcançar este ou aquele objetivo; *quanto menos desejarmos possuir e conquistar, mais chances teremos de ser felizes* – eis um princípio-chave da doutrina cristã, mas que também pode ser encontrado no budismo e na sabedoria chinesa, em particular no preceito taoísta de “agir não agindo” (cf. Garrigou-Lagrange, 1948, t. II, p. 8). Para Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), patrono da Revolução Francesa (*cellula mater* da Revolução Bolchevista e do Comunismo em geral), e suposto “grande educador”, a felicidade consistiria “numa gorda conta bancária, uma boa cozinha e uma digestão tranquila”. Não admira que desprezasse os deficientes; considerava-os seres “inúteis para si mesmos e para os outros” (cf. Rousseau, 1979, p. 31). Friedrich Nietzsche (1844-1900), autor endeusado pela Academia, pregava a eliminação dos deficientes; em sua obra encontramos a fundamentação teórica das câmaras de gás nazistas, inicialmente utilizadas com o propósito de eliminar deficientes. Ainda no tocante à felicidade, meta de todos nós, lembremo-nos de que há pessoas que nunca se conformam com a perda dos cabelos, enquanto outras aceitam a falta de uma perna. Sempre houve, há e haverá os que pouco ou nada ligam para o fato de ter o nariz torto, comprido ou curto demais; entretanto, nunca faltaram, faltam e faltarão os (as) que se torturam ao longo de toda a vida por lhes faltar um perfil de Adônis ou de Vênus.

É insensato concentrar a felicidade em objetivos externos a nós e que, por isso mesmo, dependerão de inúmeros fatores imprevisíveis e independentes da nossa vontade para serem alcançados. Ainda que os alcance, o homem que assim procede dificilmente será feliz: conquistado um objetivo, almejará

outro; atingido este, pensará naquele – e assim *ad infinitum*, quase sempre esquecendo-se da felicidade enquanto gira ao redor do círculo vicioso que ele mesmo traçou. *Last but not least*, façamos nossas estas palavras de Baltasar Gracián:

“Rico foi Creso, mas não sábio. Sábio foi Diógenes, mas não rico. A verdadeira felicidade não consiste em ter muito, mas em desejar pouco”.

Referências

AFNAN, Soheil F. *El pensamiento de Avicena* (trad. Vera Yamuni). México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1965.

AGUADO DÍAZ, Antonio Leónz. *Historia de las Deficiencias*. Madri: Escuela Libre Editorial, 1995.

ARAÚJO et alii, Ana Lúcia. *APAE-Rio informativo interno*, Rio de Janeiro, ano V, n. 100, 2003.

ARISTÓTELES, *Opera omnia graece et latine*. Paris: Firmin-Didot, S/D.

BIANCARELLI, Aureliano. “Dança propõe novo olhar sobre deficiente”, in *Folha de São Paulo*, 2002.

BORGES, José Antonio dos Santos. *Do Braille ao Dosvox: diferenças nas vidas dos cegos brasileiros* (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

BORGES, José Antonio. Projeto Micro Fênix v 2.0. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/microfenix/>, (2004/5). Acesso em: mai. 2016.

BRACHFELD, Oliver. *Los sentimientos de inferioridad*. 3. ed. Barcelona: Luis Miracle, 1959.

CALDAS AULETE, Francisco Júlio & SANTOS VALENTE, António Lopes. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, 3. ed., Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1948.

CARVALHO, Olavo de. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. São Paulo: Record, 2013.

CLAIR, Jean. *La barbarie ordinaire*. Paris: Gallimard, 2001.

COLLUCI, Cláudia. “Grávidas com zika fazem aborto sem confirmação de microcefalia”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1735560-gravidas-com-zika-fazem-aborto-sem-confirmacao-de-microcefalia.shtml>, 2016. Acesso em: mai. 2016.

CORÇÃO, Gustavo. *As fronteiras da técnica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1953.

DERRY, T. K. E & WILLIAMS, Trevor I. *Historia de la tecnología. Desde la Antigüedad hasta 1750* (trad. Carlos Caranci et alii). Madri/México: Siglo Veintiuno, 1977.

EVELETH, Rose. “Should Oscar Pistorius’s Prosthetic Legs Disqualify Him from the Olympics? Scientists debate whether prosthetic legs give Pistorius an unfair advantage in the 400-meter race”. Disponível em: <http://www.scientificamerican.com/article/scientists-debate-oscar-pistorius-prosthetic-legs-disqualify-him-olympics/>, 2016. Acesso em: mai. 2016.

FERNANDES, Fernando. *Dicionário de Verbos e Regimes*, 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1969.

GANZAROLLI DE OLIVEIRA, João Vicente. “On Blindness, Music and Technology: a Brazilian Experience”, in *Festgaben aus Floras Füllhorn, Pomonas Gärten und vom Helikon. Eine Blütenlese Kultur- und kunsthistorischer Beiträge zum 65. Geburtstag von Gerd-Helge Vogel* [editado por Kevin E. Kandt and Michael Lissok]. Kiel: Ludwig Verlag, 2016.

GANZAROLLI DE OLIVEIRA, João Vicente. *Por que não eles? arte entre os deficientes*. São Paulo: Cidade Nova, 2007.

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald Marie. *Les trois ages de la vie intérieure: prélude de celle du ciel. Traité de Théologie Ascétique et Mystique*. Paris/Montreal/Ottawa: Du Cerf/Du Lévrier, 1948.

JOPPERT, Gustavo. *Eu fui paráltico*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

L. JAUD, L'Abbé. *Vies des Saints*. Paris: Tours Maison Mame, 1933.

MARQUES DA SILVA, Otto. *A epopéia ignorada. A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*, São Paulo: SBSC (Sociedade Beneficente São Camilo)/CEDAS (Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde)/FASC (Faculdade São Camilo de Administração Hospitalar), 1987.

PICHOT, André. “Génétique et eugénisme”, in *La Société pure, de Darwin à Hitler*. Paris: Flammarion, 2000.

PRESS, Frank et alii. *Para entender a Terra* (trad. Rualdo Menegat), 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ROTHE, Peter. *Gesteine: Entstehung, Zerstörung, Umbildung*, 3. ed. Darmstadt: WBG, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio* (trad. Sérgio Milliet), São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

SANTO AGOSTINHO. *Opera Omnia*. Madri: B.A.C., 1955-1982.

SASSAKI, Romeu. “Terminologia sobre deficiência na era da inclusão”. Disponível em: <http://www.selursocial.org.br/terminologia.html>, 2002. Acesso em: mai. 2016.

SCHERENBERGER, R. C. *Historia del Retraso Mental*, San Sebastián: Servicio Internacional de Información sobre Subnormales, 1984.

SOLER, María de los Ángeles. *Seminario de Iniciación a la Tiflogía. Curso por correspondencia del Servicio Español de la Ceguera como Carencia*, Madri: ONCE, S/D.

VERLINDEN, Britta. “Mikrozephalie in Brasilien:Mücken zu meiden, ist der einzige Schutz”. Disponível em: <http://www.zeit.de/wissen/gesundheit/2016-01/mikrozephalie-zika-virus-brasilien- geburt-schwangerschaft-krankheit>, 2016. Acesso em: mai. 2016.

Artigo recebido em 05/08/2024 e aprovado para publicação em 24/08/2024

Como citar:

GANZAROLLI DE OLIVEIRA, João Vicente; BORGES, José Antonio dos Santos. Deficiência, tecnologia e sociedade. Um ensaio inconcluso. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 365-378, jul./dez. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v23i46-2024-11>